

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

GESTÃO PÚBLICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

GESTÃO PÚBLICA

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CONSTITUIÇÃO FEDERAL
EMENTA
Introdução à gestão pública. Organização do Estado e da administração pública. O Estado e as Políticas Públicas. Modelo de gestão pública. Orçamento público. Lei da Responsabilidade Fiscal. Empreendedorismo e inovação na gestão pública. Indicadores de desempenho da gestão pública.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Introdução à gestão pública 2. Organização do Estado e da administração pública 3. Modelos de gestão pública 4. Políticas Públicas no Brasil 5. Orçamento público 6. Lei de Responsabilidade Fiscal 7. Empreendedorismo e inovação no setor público 8. Indicadores de desempenho da gestão pública.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none"> • ANUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. In: Revista do Serviço Público. v. 56 (2): 137-160. Brasília, abr./jun. 2005. • MATIAS-PEREIRA, J. Governança no setor público. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010. • MAXIMINIANO, A. C. A.; NOHARA, I. P. Gestão pública. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2018. • PROCOPIUCK, M. Políticas públicas e fundamentos da administração pública. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013. • SECHI, L. Políticas públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. • BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 21 jun. 2019. • BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF. 5 out. 1988. • BRASIL. Decreto Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 fev. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 24 jun. 2019. • JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51 a 72, jan. 2002. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6427. Acesso em: 05 jun. 2019. • PALUDO, A. V. Orçamento público e administração financeira e orçamentária. Rio de Janeiro: Campus, 2011. • PALUDO, A. V. Orçamento público e Lei de Responsabilidade Fiscal. ed. 2. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. • SILVA, M. V. G. et al. Intraempreendedorismo no setor público: análise do comportamento empreendedor de gestores públicos municipais por meio do Carland Entrepreneurship Index (CEI). Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v. 7, n. 2, p. 67-114, 2018.

DISCIPLINA: FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO
EMENTA

As atividades financeiras do Estado. O Estado na economia. Eficiência econômica e distribuição de renda. Equilíbrio fiscal. Competências tributárias. Tributos: reforma tributária, imposto sobre valor agregado, guerra fiscal, planejamento tributário. O Fundo Público e a Seguridade social. Orçamento segundo a Constituição Federal (1988). Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias no contexto brasileiro.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Fundo público 2. Orçamento público 3. A lógica do endividamento público 4. Seguridade social no Brasil 5. A valorização do capital no fundo público.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none"> • ARVATE, P.; BIDERMAN, C. Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2005. • GIAMBIAGI, F.; ALEM, A. C. Finanças Públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001. • REZENDE, F.; LIMA, E. C. P.; CÂNDIDO JR., J. O. (colab.). Finanças Públicas. São Paulo: Atlas, 2001. • BONAVIDES, P. Teoria geral do Estado. São Paulo: Malheiros, 2009. • MANKIW, N. G. Introdução à economia. São Paulo: Thompson Pioneira, 2005. • Harvey Rosen, Ted Gayer. Finanças Públicas. Editora AMGH. 2015. • MARQUES, E. Finanças Públicas. Editora saraiva. 2015. • SALVADOR, E. Fundo público e seguridade social no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2010. • SANSON, J. R. Teoria das finanças públicas. 2. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2012.

DISCIPLINA:
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
EMENTA
Dimensões do uso da tecnologia de informação. Negociações na era digital. O uso da informação. A mudança
no ambiente de negócios na era digital. Estado/Governo e Administração Pública. Gestão de pessoas e
projetos públicos. Estratégias, competitividade, governança e administração da tecnologia da informação. O
uso do TI como alavanca de negócios. Aplicação estratégica de ERP e CRM.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Administração e gestão pública
2. Planejamento público e governança
3. Tecnologia da informação
4. Uso de dados e informações na gestão pública
5. Aplicações estratégicas de TI nos serviços públicos
6. Gestão de projetos de TI na administração pública
BIBLIOGRAFIA

- WEILL, P.; ROSS, J. W. Governança de tecnologia da informação: como as empresas com melhor desempenho administram os direitos decisórios de TI e buscam por resultados superiores. São Paulo: Makroon Books, 2005.
- FERNANDES, A. A.; ABREU, V. F. Implantando a governança de TI: da estratégia à gestão dos processos e serviços. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2008.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede, v. I. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- ALBERTIN, A.L. Administração de informática: funções e fatores críticos de sucesso. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BIANCALINO, Cesar Augusto; GIL, A. L.; BORGES, T.N. Uma abordagem gerencial. São Paulo: SARAIVA, 2010.
- SILBERSCHATZ, Abraham; SUNDARSHAN, S.; KORT, Henry F. Sistema de banco de dados. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, Campus, 2011.
- PEREIRA, J. M. Governança no setor público. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
- VEIGA, M. A importância da governança na gestão pública. São Paulo: Tribunal de Contas do Município de São Paulo, 2018.

DISCIPLINA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA
EMENTA
A evolução da administração pública no Brasil. Planejamento e gestão no Brasil contemporâneo e nas maiores economias do mundo. Tendências da administração pública contemporânea. Políticas públicas e a burocracia sob o viés mercadológico. Desafios voltados ao crescimento e desenvolvimento econômico com análise governamental. Possibilidade de obter equilíbrio nas contas públicas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. A evolução da administração pública 2. Gestão das políticas públicas no Brasil contemporâneo 3. Gestão da inovação na administração pública contemporânea 4. A relação entre mercado e gestão pública 5. Desafios voltados ao crescimento e ao desenvolvimento econômico.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none"> • SALDANHA, Clezio. Introdução à gestão pública. São Paulo: Saraiva, 2006. • MATIAS PEREIRA, José. Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. • COSTIN, Claudia. Administração Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. • MATIAS-PEREIRA, José. Governança no setor público. São Paulo: Editora Atlas, 2010. • ALECIAN, Serge; FOUCHER, Dominique. Guia de gerenciamento no setor público. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Enap, 2001. • KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas. S.P.: Annablume: Fapesp, 2000. • TROSA, Sylvie. Gestão pública por resultados: quando o Estado se compromete. R.J.: Revan; Brasília: ENAP, 2001. • AVELAR, L.; CINTRA, A. O. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2008.

DISCIPLINA: PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS
EMENTA
Análise da governança pública. Contratos de prestação de serviços/produtos (benefícios, custos). O processo de licitação. Responsabilidade fiscal em obras públicas. Fiscalização

de contratos para prestação de serviços. Acompanhamento e controle dos contratos. Documentação exigida na fiscalização. Garantias contratuais. Avaliação dos resultados e seu impacto social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Governança Pública **2.** Contratos de prestação de serviços e produtos **3.** Procedimento licitatório **4.** Fiscalização de contratos **5.** Garantias contratuais.

BIBLIOGRAFIA

- ALTOUNIAN, Cláudio Sarian. Obras públicas. Licitação, contratação, fiscalização e utilização. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2007.
- BONATTO, Hamilton. Governança e gestão de obras públicas. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018.
- MATTOS, Aldo Dórea. Como preparar orçamento de obras. 1. ed. São Paulo: Pini, 2007.
- REIS, Paulo Sérgio. Obras públicas. Manual de planejamento, contratação e fiscalização. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019.
- TUBINO, Dalvio Ferrari. Manual de planejamento e controle da produção. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. Obras públicas. Recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas. 2. ed. Brasília: TCU / Secob, 2009.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 16. ed. São Paulo: RT, 2014.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários ao RDC. São Paulo: Dialética, 2013.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Pregão: comentários à legislação do pregão comum e eletrônico. 6. ed. São Paulo: Dialética, 2013.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DISCIPLINA:

POLÍCIA COMUNITÁRIA E SEGURANÇA PÚBLICA

EMENTA

Origens da polícia comunitária. Sistema político e polícia. Definição de polícia comunitária e policiamento comunitário. Características e objetivos da polícia comunitária. Policiamento orientado para o problema. Crime e medo do crime no Brasil. Estratégias de policiamento e prevenção criminal. Experiências de polícia comunitária no Brasil e no mundo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Origens da polícia comunitária **2.** Teorias sobre polícia comunitária **3.** Crime, medo do crime e segurança pública **4.** Experiências de polícia comunitária no mundo **5.** Experiências de polícia comunitária no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, S.; LIMA, R. S. (org.). Violência, polícia, justiça e punição: desafios à segurança cidadã. São Paulo: Alameda Editorial, 2019. v. 1.
- BAYLEY, D. H. Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional. São Paulo: EdUSP, 2001.
- BONDARUK, R. L.; SOUZA, C. A. Polícia comunitária: polícia cidadã para um povo cidadão. Curitiba: Comunicare, 2012.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária 5. ed. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2013.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Públicas (2013). Tópicos especiais em policiamento e ações comunitárias - Redes de atenção e cuidado. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.
- COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York. FGV Editora, 2004.
- DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. 6. edição. São Paulo: Nacional, 1974.

- HENRIQUES, Márcio Simeone. Comunicação e mobilização social na prática de polícia comunitária. São Paulo: Autêntica, 2018.
- LIMA, R. S.; RATTON JUNIOR, J. L. A.; AZEVEDO, R. G. (org.). Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014. v. 1.
- PORTO, M. S. G. Violência, democracia e segurança cidadã: o caso das polícias no Distrito Federal. Brasília, DF: Verbena, 2017. v. 1.
- SKOLNICK, J. H.; BAYLEY, D. H. Policiamento comunitário: questões e práticas através do mundo. São Paulo: EdUSP, 2002. v. 6.
- TROJANOWICZ, R.; BUCQUEROUX, B. Policiamento comunitário: como começar. Rio de Janeiro: PMERJ, 1999.

DISCIPLINA: ASSESSORIA EXECUTIVA E RELAÇÕES PÚBLICAS
EMENTA
História conceitual da assessoria. Teoria geral do secretariado: gestão do conhecimento das assessorias. Atuação da assessoria organizacional. Assessoria na contemporaneidade. Comportamento ético profissional. Discussões teóricas socioculturais no ambiente de trabalho. Introdução aos conceitos da gestão do conhecimento, informação e da qualidade de negócios. Negociação e resolução de conflitos. Plano de carreira e consultoria. Estudos sobre a atividade de relações públicas no mercado. Conceito, atividades e instrumentos de atuação. Marketing e relações públicas. Pesquisa de opinião. Tipos de produção em relações públicas. Organização de eventos.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. A assessoria executiva e o papel do assessor 2. Relações públicas: conceitos e funções 3. A gestão do conhecimento nas organizações 4. Traçando uma carreira de sucesso 5. O relacionamento entre a empresa e seus públicos.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none"> • DURANTE, Daniela Giaretta. FAVERO, Altair Alberto (org.). Gestão secretarial: formação e atuação profissional. Passo Fundo, RS: Editora da Universidade Passo Fundo, 2009. • WAGNER, John A.; HOLLENBECK, John R. Comportamento organizacional: criando vantagem competitiva. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. • KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. 3. ed. São Paulo: Summus, 2003. • MATOS, Gustavo Gomes. Comunicação empresarial sem complicação: como facilitar a comunicação na empresa, pela via da cultura e do diálogo. 3. ed. rev. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2014. • PEIXOTO, Andréa Mele de Mello. GOMES, Carla Mele. MELO, Paulo Marcio da Silva. Marketing pessoal e empregabilidade: do planejamento de carreira ao networking. 1. ed. -- São Paulo: Erica, 2014. • BALASSIANO, Moisés; COSTA, Isabel de Sá Affonso da. Gestão de carreiras. São Paulo: Atlas, 2006. • CAVALCANTI, Marly. Gestão estratégica de negócios: evolução, cenários, diagnósticos e ação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. • CHING, Rose. A arte de secretariar: tudo que você precisa saber para ser uma secretária de sucesso! São Paulo: Novatec, 2006. • CROCCO, Luciano; GGUTTMANN, Erik. Consultoria empresarial. São Paulo: Saraiva, 2007. • NEIVA, Edméa Garcia; D'ELIA, Maria Elizabete Silva. As novas competências do profissional de secretariado. São Paulo: IOB, 2009. • OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Manual de consultoria empresarial: conceitos, metodologia, práticas. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010. • OLIVEIRA, F. J.; PRADO, J.; SILVA, E. A gestão de negócios. São Paulo: Saraiva, 2005.

- EGGER, Moellwald, Lícia. Comunicação corporativa: a disputa entre a ficção e a realidade. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

DISCIPLINA: GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
EMENTA
Conceito de políticas públicas. Objetivo, natureza e dinâmica das políticas públicas. Ciclo de vida das políticas públicas. Indicadores de monitoramento. Regimes democráticos. O papel do Estado x demandas da sociedade. As políticas públicas de corte social. Pesquisa avaliativa em políticas públicas e modelos analíticos. Pré-requisitos, relevância, técnicas e métodos utilizados nas pesquisas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Gestão Pública e o papel do Estado 2. Ciclo de vida das Políticas Públicas 3. Gestão das Políticas Públicas 4. Análise de Políticas Públicas 5. Avaliação de Políticas Públicas.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none">• CORREIA, M. V. C. Políticas Sociais: gestão descentralizada e participativa. Maceió: Edufal, 2008.• DENHARDT, R. B. Teorias da administração pública. São Paulo: Cengage Learning, 2011.• FIANI, R. Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.• PALUDO, A. Administração Pública. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.• PIRES, R.; GOMIDE, A. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. Curitiba: UFPR, 2016.• RUA, M. das G. Políticas públicas. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC; Brasília: Capes: UAB, 2009.• SANTOS, C. S. Introdução à Gestão Pública. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.• SANTOS, W. G. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.• SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (org.) Políticas Públicas: coletânea. Rio de Janeiro: ENAP. 2006.• SECCHI, L. Análise de Políticas Públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016.• SILVA, F. C. da. C. Controle social: reformando a administração para a sociedade. Brasília: TCU. 2001.• SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE PÚBLICA
EMENTA
Contabilidade no setor público. Tomada de decisão com base na contabilidade. Terminologia contábil da Administração Pública. Informações e análises dos demonstrativos contábeis. Legislação empregada na contabilidade pública. Receitas e despesas públicas. Balanço orçamentário. Balanço financeiro. Demonstração dos fluxos de caixa, demonstração das variações patrimoniais, balanço patrimonial. Notas explicativas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. A contabilidade aplicada ao setor público 2. A contabilidade e o planejamento na Administração Pública 3. Aspectos da receita pública 4. Aspectos da despesa pública 5.

Plano de contas aplicado ao Setor Público – PCASP 6. Aspectos das demonstrações contábeis: balanço orçamentário 7. Aspectos das demonstrações contábeis: balanço financeiro e demonstração dos fluxos de caixa 8. Aspectos das demonstrações contábeis: demonstração das variações patrimoniais, balanço patrimonial e notas explicativas.

BIBLIOGRAFIA

- ASSUMPÇÃO, Márcio José. Contabilidade aplicada ao setor público. 3. ed. Curitiba: Ibpex, 2011.
- ASSUMPÇÃO, M. J. Contabilidade aplicada ao setor público. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- BRASIL. Constituição Federal (1988). Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 2 out 2023.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 fev. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 11 set. 2023.
- BRASIL. Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 23 mar. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm. Acesso em: 15 jul. 2019.
- BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 11 set. 2023.
- BRASIL. Ministério da Fazenda; Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 9. ed. Brasília, 2022. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:41943. Acesso em: 24 jul. 2023.
- BRASIL. Ministério do Estado de Orçamento e Gestão. Portaria MOG n. 42, de 14 de abril de 1999. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/legislacao/legislacao/portaria-mog-42-1999-Atual>.... Acesso em: 2 jun. 2023.
- CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Legislação. Normas Brasileiras de Contabilidade. NBC TSP do Setor Público. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>. Acesso em: 2 out. 2023.
- CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 out. 2016. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>. Acesso em: 11 set. 2023.
- CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC n. 1.128, de 21 de novembro de 2008. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 nov. 2008. Disponível em: http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/cfc1128_2008.htm. Acesso em: 11 set. 2023.
- CFC Conselho Federal de Contabilidade. Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP 12. Demonstração dos Fluxos de Caixa, de 18 de outubro de 2018. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 out. 2018b. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP12.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023

DISCIPLINA:

INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

EMENTA

Fundamentos jurídicos e doutrinários da Atividade de Inteligência. Inteligência como processo, produto e organização. Sistemas e Subsistemas de Inteligência no Brasil. Redes

internacionais de cooperação. Agências de Inteligência. Produção do conhecimento: fontes, tipos, valor, fluxo, organização e uso. Gestão da Informação: transparência e sigilo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução à Atividade de Inteligência **2.** Atividade de Inteligência de Segurança Pública **3.** Organização da Atividade de Inteligência **4.** Gestão da informação **5.** Produtos da Atividade de Inteligência.

BIBLIOGRAFIA

- Antunes, P. SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- ARAUJO, R. História secreta dos serviços de inteligência: origens, evolução e institucionalização. Revista Brasileira de Inteligência, Brasília, DF, v. 1, n. 1, dez. 2005. p. 85-89. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/conteudo/uploads/2015/08/revista1.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2020.
- BRANCO, A. H. C. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Florianópolis: Unisul, 2011.
- BRASIL. Lei n. 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 dez. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9883.htm. Acesso em: 3 abr. 2020.
- BRASIL. Decreto n. 3.695, de 21 de dezembro de 2000. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3695.htm. Acesso em: 3 abr. 2020.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. Manual Técnico de Produção do Conhecimento de Inteligência EB70-MT-10.401. Brasília, 2019.
- BRASIL. Decreto n. 8.793, de 29 de junho de 2016. Fixa a Política Nacional de Inteligência. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 jun. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8793.htm. Acesso em: 3 abr. 2020.
- BRASIL. Decreto, de 15 de dezembro de 2017. Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 dez. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/Dsn14503.htm. Acesso em: 3 abr. 2020.
- CALDERON, M. Lei de Acesso à Informação e seu impacto na atividade de inteligência. Campinas: Millennium, 2014.
- CEPIK, M. Espionagem e democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- FIGUEIREDO, L. Ministério do silêncio. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- GONÇALVES, J. Políticos e espões: o controle da atividade de inteligência. Niterói: Impetus, 2010.
- GONÇALVES, J. Atividade de inteligência e legislação correlata. Niterói: Impetus, 2009.
- HEINEN, J. Comentários à Lei de Acesso Informação: Lei n. 12.527/2011. Belo Horizonte: Fórum, 2014.
- KENT, S. Informações estratégicas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967.
- PLATT, W. A produção de informações estratégicas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1974.
- VISACRO, A. Guerra irregular. São Paulo: Contexto, 2009.
- WOLOSZYN, A. Ameaças e desafios à segurança humana no séc. XXI: de gangues, narcotráficos, bioterrorismos, ataques cibernéticos às armas de destruição em massa. Rio de Janeiro: Bibliex, 2013.

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS
EMENTA
Contratos administrativos e contratos de direito privado. Características. Requisitos. Formalização. Espécies. Cláusulas exorbitantes. Equação econômico-financeira. Tipos de parceria entre a Administração Pública e a sociedade civil. Conceito e abrangência de controle. Espécies. Controle financeiro. Controle pelos Tribunais de Contas. Características e abrangência. Organização e competências do TCU, dos TCEs e dos TCMs. Atuação do Ministério Público. Improbidade administrativa. A Nova Lei das Licitações.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1. Contratos administrativos e de Direito Privado 2. Parcerias entre a Administração Pública e a sociedade civil 3. Formas de controle 4. A fiscalização dos Tribunais de Contas 5. Ministério Público e improbidade administrativa 6. A nova Lei das Licitações.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none"> • BRASIL. Constituição Federal (1988). Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. • BRASIL. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 set. 1990. • BRASIL. Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 jun. 1992. • BRASIL. Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 fev. 1993a. • BRASIL. Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 maio 1993 b. • BRASIL. Lei n. 9.637, de 15 de maio de 1998. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 18 maio 1998. • BRASIL. Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 mar. 1999. • BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 maio 2000. • BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 jan. 2002. • BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 14 mar. 2015. • BRASIL. Lei n. 13.800, de 4 de janeiro de 2019. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jan. 2019. • BRASIL. Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 1 abr. 2021. • MACHADO, B. A. Ministério Público: organização, representações e trajetórias. Curitiba: Juruá, 2007. • NEVES, D.; OLIVEIRA, R. Improbidade Administrativa - Direito Material e Processual. São Paulo: Forense, 2020. • SANTANA, E. O Ministério Público no estado democrático de direito. Curitiba: Juruá, 2000.

DISCIPLINA: ÉTICA, GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA
EMENTA
Ética e transparência no setor público: programas de compliance no cenário brasileiro. Governança pública (aspectos, teorias, governança e governabilidade). Licitações, convênios e parcerias. Estatuto jurídico da empresa pública. Transparência (prestação de contas). Combate à corrupção no Brasil e em outros países. Governança na gestão pública brasileira.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Ética: uma introdução 2. Ética e compliance 3. Governança: o que é e como se aplica 4. Governança na gestão pública 5. Ética e legalidade 6. Transparência e combate à corrupção.

BIBLIOGRAFIA

- SÁ, A. L. Ética profissional. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- WEBER, M. Ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ALONSO, F. R.; LÓPEZ, F. G.; CASTRUCCI, P. L. Curso de ética em administração empresarial e pública. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- BAZERMAN, M.; TENBRUNSEL, A. Antiético, eu - Descubra por que não somos tão éticos quanto pensamos e o que podemos fazer a respeito. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
- CALIL, J. F.; MONOBE, T.; PEREIRA, M. Ética, responsabilidade social e governança corporativa. 2. ed. São Paulo: Alínea, 2010.
- MATTAR, J. M. Filosofia e ética da administração. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- PILAGALO, O. Ética concorrencial: reflexão, análise e perspectivas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- SROUR, R. H. Ética empresarial: Posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais. Rio de Janeiro: Campos, 2000.